CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Por que ONG da produtora de 'Dark Horse' é alvo de operação da Polícia Civil em São Paulo

Investigação tem como foco contrato de R$ 108 milhões para instalação de pontos de wi-fi em comunidades, firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), que pertence a Karina Gama, dona da produtora Go UP, de 'Dark Horse'.

Fonte original: Terra. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Terra (terra.com.br)
Autor	Da BBC News Brasil em São Paulo
Data de publicação	01/06/2026 15:12
URL original	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/por-que-ong-da-produtora-de-dark-horse-e-alvo-de-operacao-da-policia-civil-em-sao-paulo,1c71d57cc1a5e7f3d49109ac823f9231qpiyc0lm.html
Relevância	Baixa · Cultura e cinema · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, Débora Gomes Feldman, Antônio Carlos Munuera Silveira, Fábio Wajngarten
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Tribunal de Contas do Município, Complexsys, Secretaria Municipal de Inovação, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 00:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Segundo reportagem do Intercept, o casal dono da Complexys e da Fast Future são André e Débora Feldman.

• Ao portal G1, a empresa Complexsys afirmou por meio de nota que "acompanha com serenidade a investigação atualmente conduzida pelas autoridades competentes e que é mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil". (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Terra

RESUMO

Por que ONG da produtora de 'Dark Horse' é alvo de operação da Polícia Civil em São Paulo
Investigação tem como foco contrato de R$ 108 milhões para instalação de pontos de wi-fi em comunidades, firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), que pertence a Karina Gama, dona da produtora Go UP, de 'Dark Horse'. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), o Instituto Conhecer Brasil é o principal alvo da operação desta segunda.

Por que ONG da produtora de 'Dark Horse' é alvo de operação da Polícia Civil em São Paulo

Investigação tem como foco contrato de R$ 108 milhões para instalação de pontos de wi-fi em comunidades, firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), que pertence a Karina Gama, dona da produtora Go UP, de 'Dark Horse'.

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou nesta segunda-feira (1/6) uma operação para apurar suspeitas de irregularidades na contratação e execução de serviços, em contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), que pertence a Karina Gama, dona da Go UP, produtora do filme Dark Horse.

A produtora está em evidência desde que o site The Intercept Brasil noticiou, em meados de maio, que o senador e candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) negociou R$ 134 milhões com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro para financiar a cinebiografia sobre a vida de Jair Bolsonaro (PL).

Alvo da operação desta segunda-feira, o Instituto Conhecer Brasil foi contratado por R$ 108 milhões pela Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) de São Paulo para instalar e fazer a manutenção de 5 mil pontos de internet gratuita via wi-fi em comunidades de São Paulo. Mas, segundo o inquérito policial, apenas 3,2 mil pontos foram entregues.

O delegado responsável pelo caso afirma ainda que o instituto teria cobrado valores acima do mercado pela prestação do serviço e que a Prefeitura de São Paulo, sob a gestão de Ricardo Nunes (MDB),

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

desembolsou ao menos R$ 26 milhões por serviços não prestados no âmbito do contrato, que passou por ao menos três aditivos.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), o Instituto Conhecer Brasil é o principal alvo da operação desta segunda.

"Também são cumpridas diligências em endereços ligados a empresas que teriam sido subcontratadas para a implantação dos serviços. Houve ainda busca na Secretaria Municipal para obtenção de contratos, prestações de contas e documentos relacionados ao termo de colaboração", informou a pasta.

Ainda de acordo com a SSP-SP, as equipes cumprem mandados de busca e apreensão para recolher documentos físicos e digitais, equipamentos eletrônicos, registros financeiros e outros materiais que possam contribuir para o avanço das investigações, mas não há previsão de realização de prisões neste momento.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo afirmou "que colabora com investigações em andamento e segue à disposição das autoridades, tendo já prestado informações".

Ainda conforme a Prefeitura, "todo o material requisitado na manhã desta segunda-feira já havia sido disponibilizado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público, por meio da prestação de contas do município".

A gestão Ricardo Nunes ressaltou ainda que o programa funciona normalmente na cidade e que, por volta das 9h desta segunda-feira, dos 3,2 mil pontos contratados pela Prefeitura, "apenas 52 estavam off-line e passavam por manutenção".

"A Prefeitura repudia veementemente ilações de desvios de recursos públicos, uma vez que o contrato do Instituto Conhecer Brasil seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade", completou a administração.

Em declaração à imprensa ao chegar a um evento, Flávio Bolsonaro declarou que a operação não tem "nada a ver" com o filme sobre seu pai.

Ex-ministro do governo Bolsonaro, o advogado Fábio Wajngarten saiu em defesa da dona da produtora. "Conheci a Karina Gama [produtora do filme] há 15 dias. Humilde, trabalhadora, focada. É mãe e pai. Locomotiva da família. Promovi encontros e reuniões com grandes jornalistas para que ela contasse sua linda história de vida. Ela não está sozinha. Aviso a quem interessar: Não vai dar certo a intenção de tentarem vilanizá-la. Os chantagistas serão devidamente expostos. Ela não será usada como moeda política, isso eu garanto a todos."

O prefeito Ricardo Nunes também saiu em defesa de Karina Gama. Em entrevista a jornalistas nesta segunda-feira, Nunes afirmou que considera Karina uma mulher "decente" e "trabalhadora" e sugeriu que a investigação pode tratar-se de "perseguição política".

"Acho uma pessoa decente, uma mulher trabalhadora, uma mulher que, como qualquer outra, está batalhando e que conhece o Bolsonaro, né? Então está passando por isso", disse Nunes, após participar de evento de entrega de unidades habitacionais no Centro da capital paulista.

"Se a motivação [da investigação] é por conta do filme... 'Então estou indo atrás de um contrato com a prefeitura de 2024 por causa do filme', aí é grave. Aí é perseguição política", disse Nunes.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Segundo o prefeito de São Paulo, eventual ilegalidade identificada pela Polícia Civil ou pelo Ministério Público será apurada pela administração municipal.

Por que ONG é alvo de operação

Segundo a Polícia Civil, o inquérito partiu de informações que apontam "para graves e volumosas irregularidades financeiras e administrativas", no âmbito do contrato firmado entre a Prefeitura e o Instituto Conhecer Brasil.

A investigação partiu de uma denúncia feita por Leonardo Carvalho Bastos, membro do Conselho de Ética do PT de Sapucaia do Sul (RS), ao Ministério Público Federal (MPF), mas a apuração passou ao âmbito da polícia paulista por não envolver recursos ou lesão ao interesse da União.

O delegado Antônio Carlos Munuera Silveira, responsável pelo caso, destaca entre as irregularidades investigadas que o edital da Prefeitura que resultou na contratação do ICB, "utilizou critérios genéricos para a escolha de uma organização social sem experiência prévia no setor de telecomunicações".

"O Instituto Conhecer Brasil, que até então atuava na promoção de eventos religiosos e literários gospel, teria sido a única entidade a apresentar proposta, frustrando a concorrência e o caráter competitivo do certame."

Silveira destaca ainda a disparidade de custo nos serviços prestado. Segundo ele, enquanto a empresa pública municipal Prodam cobrava do município R$ 230 para implantação de cada ponto de internet e R$ 306 para sua manutenção mensal, o contrato firmado com o Instituto Conhecer Brasil estabeleceu o valor de R$ 1.800 por ponto, "correspondendo a uma cobrança pelo menos duas vezes superior aos preços usualmente praticados pela administração municipal".

Após a deflagração da operação nesta segunda-feira, a Prefeitura de São Paulo negou que os preços pagos ao instituto tenham sido fora do padrão.

"Para 2026, o custo estimado na parceria com o instituto corresponde a R$ 1.280,80 por ponto/mês, significativamente menor do que as propostas recebidas em 2022, de R$ 2.026,26 por ponto/mês e R$ 5.092,14 por ponto/mês", disse a Prefeitura.

Calendário eleitoral e contratos suspeitos

O delegado destaca ainda que a polícia investiga se a instalação dos pontos foi influenciada pelo calendário eleitoral.

"Verificou-se, ainda, no conteúdo das informações, a notícia de que durante o período eleitoral de 2024, a instalação dos pontos foi consideravelmente antecipada por interferência política direta, alcançando 1.605 pontos ativos no final de outubro de 2024", destaca o inquérito.

"No entanto, após o encerramento do certame eleitoral, o ritmo de instalações desacelerou bruscamente, atingindo apenas 3.200 pontos em junho de 2025. Os 1.800 pontos restantes nunca foram instalados."

Ainda segundo o documento, com base nas informações que levaram à diligência, como contrapartida à antecipação das instalações no período eleitoral, a gestão municipal teria autorizado a antecipação dos repasses públicos.

O município deveria ter pago cerca de R$ 43 milhões pelos meses em que houve o fornecimento efetivo de internet aos pontos ativos, destaca o inquérito. Entretanto, foram transferidos R$ 69 milhões, resultando em uma diferença de R$ 26 milhões pagos por serviços não prestados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

A Prefeitura negou ter pago por serviços não prestados. "Não houve pagamento por parte da administração para 5 mil pontos. O aditivo em questão é exclusivamente para manutenção dos 3,2 mil pontos já instalados nas comunidades periféricas da cidade", diz a gestão Nunes, em nota.

Ainda conforme o inquérito, os recursos milionários teriam sido pulverizados por meio de subcontratações suspeitas com empresas parceiras.

O ICB teria assinado contratos de subcontratação que somam R$ 98 milhões, destacando-se o pagamento de R$ 36 milhões à empresa Make One, R$ 30 milhões à empresa UltraIP e cerca de R$ 12 milhões às empresas Complexys e Fast Future, pertencentes a um mesmo casal associado a Karina Gama.

Segundo reportagem do Intercept, o casal dono da Complexys e da Fast Future são André e Débora Feldman. Débora assinou contrato de R$ 3 milhões "como diretora da Fast Future, embora nas redes sociais se apresente como terapeuta holística", de acordo com o Intercept.

Ao portal G1, a empresa Complexsys afirmou por meio de nota que "acompanha com serenidade a investigação atualmente conduzida pelas autoridades competentes e que é mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil".

Suspeita de desvio de recursos para 'Dark Horse'

O delegado cita ainda suspeitas de confusão patrimonial e de que os recursos públicos do programa WiFi Livre SP tenham sido desviados para custear as atividades de produção do filme Dark Horse, possivelmente utilizando as contas das empresas subcontratadas para lavagem do dinheiro desviado.

A Polícia Civil observa que solicitou todos os documentos relacionados ao contrato à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, mas que não obteve resposta, o que incitou a operação desta segunda.

A Prefeitura, por sua vez, reforçou que toda a prestação de contas, com documentos, notas fiscais, contratos e outras informações, está no sistema SEI, que é público. E que o processo passou também por acompanhamento do Tribunal de Contas do Município (TCM).

"Vale lembrar que o chamamento público, aberto por 30 dias para qualquer entidade interessada, ocorreu em 2024, quando não havia sequer produção do filme mencionado, e o processo cumpriu todas as exigências legais", diz a Prefeitura.

O delegado concluiu, no entanto, que "há indícios materiais contundentes quanto à contratação dirigida de entidade sem qualquer capacidade técnica para telecomunicações".

"Diante disso, o rastreamento do fluxo financeiro é o único meio capaz de descortinar a destinação final das verbas recebidas pelo Instituto Conhecer Brasil e repassadas de forma suspeita a empresas subcontratadas e às contas pessoais da investigada Karina Ferreira da Gama e de suas firmas individuais, como a Go Up Entertainment."

A BBC News Brasil pediu um posicionamento sobre o caso à produtora GoUP e a reportagem será atualizada caso a resposta seja recebida.

Fonte original: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/por-que-ong-da-produtora-de-dark-horse-e-alvo-de-operacao-da-policia-civil-em-sao-paulo,1c71d57cc1a5e7f3d49109ac823f9231qpiyc0lm.html · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 29/11/2026 01:09